



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum39.105.A003>

Formação, contexto, instrumentos e prática profissional de psicólogos em avaliação psicológica

Training, context, instruments and professional practice of psychologists in psychological assessment

João Lucas Dias-Viana
Universidade São Francisco, Campinas, Brasil
ORCID: 0000-0002-7626-3937
e-mail: jolucasviana@gmail.com

Thicianne Malheiros da Costa
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil
ORCID: 0000-0001-9856-6181

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi investigar aspectos relacionados à formação específica em avaliação psicológica, contexto de atuação, principais instrumentos utilizados e realização das etapas do processo avaliativo. Participaram deste estudo 41 psicólogos, 87,80% do sexo feminino, com idades entre 22 e 59 anos ($M=30,55$; $DP=7,69$), que atuam profissionalmente no Estado do Ceará. Os resultados apontaram que 70,73% dos profissionais não possuem formação específica em avaliação psicológica. Os contextos de maior atuação profissional foram Psicologia Clínica (29,27%) e Saúde/Hospitalar (24,38%). Os recursos mais utilizados na realização de avaliação foram: entrevistas (51,22%), teste House-Tree-Person (34,15%) e Teste Palográfico (31,71%). Constatou-se que ainda existem profissionais que compreendem a avaliação psicológica como

restrita à aplicação de testes e que a maioria não realiza todas as etapas do processo avaliativo. Desse modo, esta pesquisa evidencia problemáticas quanto à formação inadequada e falhas metodológicas no exercício profissional.

Palavras-chave: atuação do psicólogo; avaliação; formação profissional, testes psicológicos.

Abstract

This research aimed to investigate aspects related to specific training in psychological assessment, context of performance, main instruments used and performance frequency of the stages of the evaluation process. In this study, 41 psychologists participated, 87.80% were female, aged between 22 and 59 years ($M = 30.55$; $SD = 7.69$), who work professionally in the State of Ceará. The results showed that 70.73% of the professionals do not have specific training in psychological assessment. The most professional contexts were Clinical Psychology (29.27%) and Health / Hospital (24.38%). The most used resources in the evaluation were: interviews (51.22%), House-Tree-Person test (34.15%) and Palographic test (31.71%). It was found that there are still professionals who understand psychological assessment as a restricted application of tests and that most do not perform all stages of the evaluation process. Thus, this research shows problems regarding inadequate training and methodological flaws in professional practice.

Keywords: assessment; psychologist performance; professional education; psychological testing.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue investigar aspectos relacionados con la formación específica en evaluación psicológica, contexto de desempeño, principales instrumentos utilizados y finalización de las etapas del proceso de evaluación. En este estudio participaron 41 psicólogos, el 87,80% eran mujeres, con edades entre 22 y 59 años ($M = 30,55$; $DT = 7,69$), que laboran profesionalmente en el Estado de Ceará. Los resultados mostraron que el 70,73% de los profesionales no tienen formación específica en evaluación psicológica. Los contextos más profesionales fueron Psicología Clínica (29,27%) y Salud / Hospital (24,38%). Los recursos más utilizados en la evaluación fueron: entrevistas (51,22%), prueba Casa-Árbol-Persona (34,15%) y Prueba Palográfica (31,71%). Se encontró que aún existen profesionales que entienden la evaluación psicológica como una aplicación restringida de las pruebas y que la mayoría no realiza todas las etapas del proceso de evaluación. Así, esta investigación muestra problemas de formación inadecuada y fallas metodológicas en la práctica profesional.

Palabras clave: evaluación; actuación del psicólogo; formación profesional; tests psicológicos.

Introdução

Segundo a Lei nº 4.119 (Brasil, 1962), que regulamenta a profissão do psicólogo no Brasil, constitui como função privativa do psicólogo o uso de métodos e técnicas psicológicas com objetivo de diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento. Desse modo, a Avaliação Psicológica (AP), por ser a área que compreende esses processos, é um importante caracterizador da identidade profissional do psicólogo, além de estar inserida nos diversos contextos de atuação desse profissional. Além disso, é valorizada no campo da ciência psicológica por sustentar status científico (Reppold et al., 2019).

A AP caracteriza-se como um processo técnico e científico de coleta de dados que fornece informações acerca do comportamento das pessoas, usada para inferir características psicológicas. As informações obtidas por meio de AP podem ser sobre aspectos cognitivos, de sua personalidade, aptidões, habilidades, orientando o psicólogo no direcionamento de ações futuras e na tomada de decisão. Para atender a esses objetivos, envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes e técnicas psicológicas, dentre elas, entrevistas, observações, análise de documentos e testes psicológicos (Andrade & Valentini, 2018).

A resolução 009/2018 (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2018), a qual estabelece diretrizes para a realização de AP, determina como fontes fundamentais de informação, testes psicológicos, entrevistas, anamneses e ou protocolos de observação. Ademais, destaca-se a autonomia do profissional para decidir quais métodos, técnicas e/ou instrumentos irá utilizar. No entanto, essa escolha deve ser embasada cientificamente, bem como na competência que o psicólogo possui para administrar tais recursos. Além disso, o uso apropriado do teste requer que o psicólogo verifique e avalie se as evidências de validade e as estimativas de precisão são adequadas, embasando as interpretações obtidas a partir da utilização do instrumento, para um propósito específico (American Educational Research Association [AERA], American Psychological Association, [APA] & National Council on Measurement in Education [NCME], 2014).

Não obstante, ao longo dos anos e em decorrência de aspectos históricos, construiu-se uma imagem errônea do psicólogo como “testólogo”, que reduz o processo de avaliação psicológica à aplicação exclusiva de testes. Efetivamente, a testagem psicológica configura-se como uma das possíveis etapas do processo avaliativo, cuja

principal fonte de informação são os testes psicológicos. Quando utilizados como única fonte de informação, os testes não abarcam toda a complexidade dos fenômenos psicológicos. A avaliação psicológica, por ser um processo amplo, deve ser composto por diversas etapas, que envolve a integração de diferentes fontes de informação (Reppold et al., 2019).

Siqueira e Oliveira (2011) propõem que um processo de AP, independente do contexto de atuação do psicólogo, inicia-se pelo recebimento da demanda (motivo); pela caracterização do objeto de estudo (indivíduo, grupo ou organização); pela análise da demanda – esclarecimento sobre o fenômeno psicológico a ser avaliado e levantamento inicial de hipóteses; pela definição do objetivo da avaliação; pela definição do tipo de avaliação a ser utilizada. Posteriormente, é feita a escolha das estratégias mais adequadas a serem utilizadas; a aplicação dos instrumentos, das técnicas e dos métodos; o levantamento, a análise e a interpretação dos dados obtidos com as diferentes estratégias utilizadas (dos instrumentos e técnicas aplicadas); a integração dos resultados dos instrumentos e das técnicas; a elaboração de enquadramento teórico correlacionado aos resultados analisados; a elaboração de síntese conclusiva do processo de avaliação realizado; o estabelecimento de proposta de intervenção; a elaboração de documento conclusivo da avaliação realizada; a escolha de metodologia adequada para a devolução dos resultados; e a devolução de resultados.

No Brasil, entretanto, a área de AP ainda sofre severas críticas. Há pesquisadores que afirmam que há uma ênfase no uso específico de testes, os quais fornecem uma visão reducionista, e que seriam ferramentas para exclusão social. Além disso, existem os debates acerca da falta de formação em AP e do uso inadequado dos instrumentos, o que ocasiona fragilidades no processo de avaliação psicológica. Assim, nas últimas duas décadas é possível identificar pesquisas que investigam aspectos formativos e relacionados a prática profissional em avaliação psicológica, de estudantes, professores e psicólogos, apresentadas a seguir.

Nesse sentido, Noronha (2002) realizou uma pesquisa com o intuito de identificar os instrumentos mais utilizados pelos profissionais e os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. A pesquisa foi feita com 214 psicólogos paulistas, que responderem a um questionário enviado a eles pelo correio. Entre as

perguntas, foram solicitados os nomes dos instrumentos padronizados mais utilizados na sua prática profissional, sendo eles, as Escalas Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC), Teste de Apercepção Temática para Crianças (CAT) e House-Tree-Person (HTP). Além disso, ao serem perguntadas as principais dificuldades na Avaliação Psicológica, foram apontadas pelos profissionais formação insuficiente, falta de conhecimento dos instrumentos utilizados, erros relacionados ao uso e aplicação dos instrumentos.

Frizzo (2004) realizou um estudo de caracterização das infrações éticas apreciadas pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina entre os anos de 1992 e 2003. Os resultados indicaram que os principais motivos de denúncia se referiam a falhas técnicas nos processos de perícia e avaliação psicológica, como a qualidade, o uso dos instrumentos, a fidedignidade dos resultados, a quebra de sigilo e a não realização de entrevista devolutiva. Em âmbito nacional, outro estudo (Zaia, Oliveira, & Nakano, 2018) identificou que as infrações relacionadas à AP são as principais queixas encaminhadas aos conselhos regionais, no período que compreende os anos de 2004 a 2016 a partir dos processos éticos publicados no *Jornal do Federal*. Nas duas pesquisas, discute-se que essas infrações evidenciam a formação inconsistente e o despreparo técnico e teórico de psicólogos que atuam na área.

Padilha, Noronha e Fagan (2007) realizaram um estudo com objetivo de caracterizar aspectos como contexto, instrumentos mais utilizados e formação de psicólogos que realizavam AP. Participaram da pesquisa 85 psicólogos que atuavam no estado de Santa Catarina, que responderam a um questionário de forma coletiva em uma sala cedida pela Associação dos Psicólogos. Os resultados indicaram que os contextos de maior atuação foram o clínico e o organizacional. Os testes mais utilizados foram o HTP, o Inventário Fatorial de Personalidade (IFP) e o Teste de Apercepção Temática (TAT). A maior parte dos profissionais avaliou a formação recebida em avaliação psicológica como insatisfatória, devido à baixa carga-horária das disciplinas e a falta de professores especializados na temática. Além disso, os principais motivos para não utilização de testes foram a falta de domínio técnico dos instrumentos, exigências do empregador e o profissional não achar necessário.

Recentemente, Mendes, Nakano, Silva e Sampaio (2013) investigaram o conhecimento de conceitos relacionados à AP. Participaram da pesquisa 40 estudantes de graduação em Psicologia e 40 psicólogos que participavam de um congresso relacionado à temática de AP na cidade São Paulo. Quanto ao que se entendia por avaliação psicológica, tanto estudantes quanto profissionais possuíam uma compreensão de AP restrita à aplicação de testes, mensuração e utilização de instrumentos, e não tinham clareza acerca dos conceitos de validade e precisão dos instrumentos. Os autores também não observaram importantes diferenças entre as respostas de estudantes e profissionais, assim como vários equívocos foram cometidos por ambos os grupos, indicando necessidade de investimento na formação universitária e atualização profissional.

Nesse sentido, Hazbourn e Alchieri (2013) realizaram uma pesquisa com o intuito de investigar as concepções de psicólogos acerca do uso de testes. O estudo foi realizado com 932 profissionais brasileiros, dentre os quais, 278 afirmaram não realizar AP em suas rotinas de trabalho. Os principais motivos para a não realização de AP foram: a natureza do trabalho, não atuarem na área clínica, utilizar outros recursos avaliativos que não os testes psicológicos, a convicção de que AP não é compatível com o contexto em que atua ou a abordagem e a precariedade da formação acadêmica.

Uma pesquisa realizada por Reppold, Wechsler, Almeida, Elosua e Hutz (2020) elaborou um levantamento com psicólogos acerca dos testes mais utilizados pelos profissionais e seus contextos de atuação. A amostra contou com a participação de 668 psicólogos brasileiros, com média de 14 anos de atuação profissional. Os resultados indicaram que os testes WISC, HTP e o Teste Palográfico como os mais utilizados, e maior atuação dos psicólogos nos contextos Clínico e da Saúde. Os autores apontaram a manutenção de um padrão no que diz respeito a quais instrumentos utilizados pelos profissionais, bem como quanto a área de atuação.

Em todas as pesquisas citadas, a formação foi um dos aspectos mais citados. Quanto a isso, vale ressaltar que os cursos de graduação em Psicologia possuem importante participação no desenvolvimento de habilidades dos futuros profissionais. Segundo as Diretrizes Curriculares para Cursos de Graduação em Psicologia (Ministério da Educação e Cultura [MEC], 2011), no que diz respeito ao ensino da AP, espera-se que o aluno aprenda a: escolher e utilizar instrumentos de coleta de dados em Psicologia,

observando sua pertinência; avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos; realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações; saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional. No entanto, ainda que o conhecimento obtido na graduação não seja suficiente, conforme afirmam Noronha e Reppold (2010), uma vez habilitado psicólogo, o profissional pode realizar avaliação psicológica sem a obrigatoriedade de qualquer treinamento, capacitação ou especialização para além do ensino superior. Apesar dos esforços para a melhoria do ensino e da prática em AP no Brasil, constata-se a continuidade de metodologias tecnicistas, com ênfase na instrumentalização, o que resulta em profissionais desqualificados, sem compreensão de uma prática ética e comprometida (Ambiel et al., 2019).

Assim, considerando a relevância da avaliação psicológica para o exercício profissional e a necessidade de desenvolver estudos atuais relativos ao uso de instrumentos de avaliação psicológica, bem como que investigar a realização das diferentes etapas do processo de AP, principalmente com profissionais de outras regiões do Brasil, uma vez que os estudos se concentram nos eixos Sul e Sudeste.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo investigar como psicólogos que atuam no Estado do Ceará têm realizado AP. Para tanto, investigaram-se aspectos relacionados à formação dos profissionais, ao contexto de atuação, aos principais instrumentos utilizados e à realização das etapas do processo avaliativo.

Método

Participantes

A amostra foi por conveniência, constituída de 41 psicólogos, de ambos os sexos, inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região (CRP-11), atuantes no Estado do Ceará. A maioria era do sexo feminino (87,80%), com idades entre 22 e 59 anos

($M=30,55$; $DP=7,69$). Quanto ao tempo de conclusão da graduação em Psicologia, participaram desde profissionais recém-formados (menos de um ano), até profissionais com 33 anos de graduação ($M = 6,83$; $DP = 9,72$), sendo que a maior parte (63,41%) concluiu nos últimos cinco anos. No que diz respeito à titulação, 36,59 % da amostra foi composta por especialistas, 31,71% eram de graduados, 24,39% eram mestres e 7,32% possuíam título de doutor.

Instrumentos

Para coleta de dados, utilizou-se uma versão *online* de um instrumento composto por 32 questões reunidas em três partes (Hazboun, 2012). A primeira parte continha perguntas de identificação sociodemográfica e profissional, como sexo, idade, tempo de formado em Psicologia e titulação máxima. As demais questões diziam respeito à frequência em que realizava avaliação psicológica, contexto em que o profissional mais atuava na área, faixa-etária mais avaliada, instrumentos e técnicas utilizadas e realização de etapas do processo avaliativo. Por último, as questões que exploravam a formação específica em Avaliação Psicológica e participação em eventos científicos na área nos últimos dois anos.

Procedimentos

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado com CAAE de número 53291616.2.0000.5534. A base de dados foi composta entre os meses de junho de 2016 e abril de 2017. O questionário foi divulgado na página virtual do CRP-11 e em grupos de profissionais psicólogos e de estudantes de psicologia presentes em redes sociais. Posteriormente, os números de registro profissional informados pelos psicólogos participantes foram conferidos na relação de profissionais inscritos na página virtual do CRP-11 para que o critério de inclusão da pesquisa fosse garantido. Os dados foram analisados através de estatística descritiva, com auxílio do *Statistical Package of Social Sciences for Windows* (SPSS), versão 20.

Resultados

Inicialmente, foi investigado se os psicólogos que realizam Avaliação Psicológica possuíam formação continuada na área. Conforme pode ser visto na Tabela 1, identificou-se que 70,73% ($f = 29$), não realizaram nenhum curso na área. Além disso, 78,05% ($f = 32$) dos profissionais não participaram de eventos relacionados à área nos últimos dois anos.

Tabela 1

Formação específica em avaliação psicológica

Categoria	Classificação	f	%
Formação/Capacitação em avaliação psicológica	Especialização	5	12,20
	Mestrado e Doutorado	1	2,44
	Curso de Testes	4	9,76
	Formação	2	4,88
	Não realizaram	29	70,73
Participação em Eventos Científicos na área de avaliação psicológica nos últimos dois anos	Congresso AsBRO	2	4,88
	Congresso IBAP	3	7,32
	Congresso Sociedade Brasileira de Neuropsicologia	1	2,44
	Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica	1	2,44
	Evento organizado pelo CRP-11	1	2,44
	Jornada Cearense de Avaliação Psicológica	1	2,44
	Não Participaram	32	78,05

Os participantes foram questionados acerca da frequência com que realizavam Avaliação Psicológica. Os resultados apontaram que 31,71% ($f = 13$) realizam AP toda semana; 26,83%, ($f = 11$) todo mês; 26,83% ($f = 11$), a cada seis meses; e 14,63% ($f = 6$) em torno de uma vez por ano. No que diz respeito ao contexto em que realizavam AP, observou-se o predomínio da Clínica (29,27%; $f = 12$), seguida das áreas da Saúde/Hospitalar (21,95%; $f = 10$) e do Trabalho/Organizacional (14,63%; $f = 6$) (ver Tabela 2).

Tabela 2

Contexto de atuação em avaliação psicológica e população avaliada

Categoria	Classificação	<i>f</i>	%
Contexto Principal de Atuação	Clínico	12	29,27
	Saúde/Hospitalar	10	24,38
	Trabalho/Organizacional	6	14,63
	Escolar/Educacional	4	9,76
	Social/Comunitário	3	7,32
	Vocacional/Profissional	3	7,32
	Ensino	1	2,44
	Forense/Jurídico	1	2,44
	Porte de Armas	1	2,44
Faixa Etária	Crianças (0-5 anos)	2	4,88
	Crianças (6-12 anos)	6	14,63
	Adolescentes (13-20 anos)	5	12,20
	Adultos (21-59 anos)	27	65,85
	Idosos	1	2,44

Conforme pode ser visto na Tabela 2, no que diz respeito às faixas etárias, identificou-se que a maioria realizava Avaliação Psicológica de pessoas adultas (65,85%; $f=27$). Em segundo lugar, psicólogos que atuam na avaliação de crianças com idade entre 6 e 12 anos (14,63%; $f=6$), seguidos pela avaliação de adolescentes (12,20%; $f=5$). Em menor frequência profissionais que avaliam crianças com idades inferiores a seis anos (4,88%; $f=2$) e idosos (2,44%; $f=1$).

O questionário incluía uma pergunta aberta acerca de quais recursos eram utilizados pelos profissionais quando realizavam Avaliação Psicológica. A maioria, 43,90% ($f=18$) afirmou fazer uso de testes psicológicos aliados a outras técnicas e recursos avaliativos, como entrevistas e dinâmicas; 29,27% ($f=12$) não utilizavam testes psicológicos e 26,83% ($f=11$) usavam exclusivamente testes psicológicos. Na Tabela 3, é possível observar as técnicas e os instrumentos mais utilizados pelos profissionais. A entrevista (51,22%; $f=21$), o teste House-Tree-Person (HTP) (34,15%; $f=34,15$), o teste Palográfico (31,71%; $f=13$) e o Questionário de Avaliação Tipológica (26,83%; $f=26,83$) destacam-se como os mais usados pelos profissionais. Além disso, observou-se que a maioria dos testes psicológicos utilizados avaliam aspectos da personalidade (HTP,

Palográfico, Quati, TAT e BFP). Em menor frequência, instrumentos que avaliam inteligência (R-1, WISC-IV, WAIS-III) e aptidões (AIP, AC-15, Teaco-FF).

Tabela 3
Técnicas e testes mais utilizados em avaliação psicológica

Recursos	<i>f</i>	%
Entrevista	21	51,22
House-Tree-Person (HTP)	14	34,15
Palográfico	13	31,71
Questionário de Avaliação Tipológica (QUATI)	11	26,83
Recursos Lúdicos (jogos, brinquedos, desenhos)	8	19,51
Observação	6	14,63
Teste de Inteligência Não-Verbal (R-1)	6	14,63
Avaliação dos Interesses Profissionais (AIP)	5	12,20
Teste de Atenção Concentrada AC15	5	12,20
Escala de Inteligência Wechsler para Crianças 4ªed. (WISC-IV)	4	9,76
Teste de Apercepção Temática (TAT)	4	9,76
Visitas	4	9,76
Bateria Fatorial de Personalidade (BFP)	3	7,32
Desenho da Família	3	7,32
Dinâmica de Grupo	3	7,32
Escala de Inteligência Wechsler para Adultos (WAIS-III)	3	7,32
Teste das Matrizes Progressivas de Raven	3	7,32
Teste de Atenção Concentrada (TEACO-FF)	3	7,32

Os testes psicológicos mais citados pelos profissionais foram relacionados ao contexto de atuação dos profissionais. Os três foram utilizados predominantemente no contexto Clínico, seguido pela área Trabalho/Organizacional (ver Tabela 4).

Tabela 4
Distribuição dos testes mais utilizados por contexto de atuação

Contexto de atuação	HTP	Palográfico	Quati	Total
Clínico	7	5	4	16
Vocacional/Profissional	1	2	2	3
Saúde/Hospitalar	1	0	0	1
Social/Comunitário	0	0	0	0
Porte de Armas	1	1	1	3
Trânsito/CNH	0	0	0	0
Forense/Jurídico	1	1	0	2
Trabalho/Organizacional	2	4	3	9
Escolar/Educacional	1	0	1	2
Total	14	13	11	-

Considerando o caráter processual da Avaliação Psicológica, questionou-se os participantes acerca da frequência em que realizavam cada uma das etapas do processo avaliativo. Os participantes responderam a essas perguntas em uma escala *Likert* de cinco pontos, variando de “nunca”, a “sempre”. A frequência e a porcentagem de respostas dos participantes por categoria podem ser vistas na Tabela 5. Observou-se que a maioria dos psicólogos nem sempre realizam todas as etapas fundamentais do processo de AP.

Tabela 5

Frequência e porcentagem de profissionais que realizam as etapas do processo de avaliação psicológica

Etapas do processo de avaliação psicológica	Nunca		Raramente		Às vezes		Muito		Sempre	
	<i>F</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Recebimento da demanda	2	4,87	6	14,63	6	14,63	11	26,82	16	39,02
Caracterização do objeto de estudo	2	4,87	5	12,19	5	12,19	12	29,26	17	41,46
Análise da demanda	1	2,43	5	12,19	7	17,07	15	36,49	18	43,90
Definição do objeto de avaliação	4	9,75	4	9,75	6	14,63	12	29,26	15	36,49
Definição do tipo de avaliação a ser utilizada	3	7,31	4	9,75	4	9,75	12	29,26	18	43,90
Elaboração do planejamento técnico	-	-	5	12,19	6	14,63	13	31,70	17	41,46
Aplicação do plano estabelecido	-	-	5	12,19	8	19,51	19	46,34	9	21,95
Levantamento, análise e interpretação dos dados obtidos	-	-	-	-	7	17,07	17	41,46	17	41,46
Integração dos resultados	1	2,43	2	4,87	5	12,19	15	36,49	18	43,90
Elaboração de enquadramento teórico correlacionado aos resultados	1	2,43	7	17,07	8	19,51	15	36,49	10	24,39
Elaboração de síntese conclusiva	-	-	2	4,87	11	26,82	8	19,51	20	48,78
Estabelecimento de proposta de intervenção	-	-	6	14,63	10	24,39	15	36,49	10	24,39
Elaboração de documento conclusivo	1	2,43	5	12,19	10	24,39	10	24,39	15	36,49
Escolha de metodologia adequada para a devolução dos resultados	-	-	5	12,19	12	29,26	9	21,95	15	36,49
Devolução dos resultados	1	2,43	6	14,63	9	21,95	5	12,19	20	48,78

Discussão

Este estudo teve por objetivo caracterizar aspectos relacionados à formação de psicólogos em AP, contexto de atuação, principais instrumentos utilizados e realização das etapas do processo avaliativo. No que diz respeito à formação, identificou-se a maioria dos participantes não realizaram cursos complementares à formação recebida na graduação, embora a avaliação psicológica seja uma atividade frequente na rotina de trabalho desses profissionais, corroborando os dados da pesquisa de Padilha et al. (2007). Assim, o profissional ampara-se no fato de que, uma vez habilitado psicólogo, pode realizar avaliação psicológica, sem a obrigatoriedade de qualquer treinamento, capacitação ou especialização para além da formação obtida na graduação (Noronha, & Reppold, 2010). Assim, evidenciam-se falhas éticas, pois assume responsabilidades para as quais não está capacitado tecnicamente, infringindo orientações éticas e práticas (CFP, 2005; 2018)

Esses dados corroboram debates acerca da formação recebida em AP durante a graduação em Psicologia. Ressalta-se a importância de as instituições de ensino superior possuírem professores especialistas e qualificados no assunto, uma matriz curricular que abarque os conhecimentos e competências necessários para a futura prática profissional do estudante, e que disponibilize condições e recursos necessários para a prática pedagógica docente (Gouveia, 2018). Ademais, é um dado preocupante, uma vez que pesquisas indicam que a realidade do ensino de AP nos cursos de graduação do Brasil é a de poucas disciplinas relacionadas à temática e um ensino tecnicista e pouco reflexivo, ainda com foco na aplicação e correção de instrumentos (Ambiel et al., 2019; Padilha et al., 2007).

Conforme observado nos resultados, constatou-se que a maior parte da amostra realiza avaliação psicológica toda semana ou todo mês, um indicativo de que essa é uma atividade frequente e relevante na rotina de trabalho desses profissionais. Além disso, identificou-se que os profissionais realizam AP nos mais diversos contextos, evidenciando que os aspectos de mensuração e classificação são importantes caracterizadores da prática profissional do psicólogo, auxiliando o psicólogo no processo de tomada de decisão (CFP, 2018; Reppold et al., 2019).

Observou-se o predomínio do contexto de realização de AP no contexto clínico, corroborando os dados encontrados por Padilha et al. (2007). A avaliação psicológica clínica é uma atividade tradicional no Brasil, também denominada de psicodiagnóstico. Além da clínica, enquanto o estudo de Padilha et al. (2007) destacou a importância do contexto organizacional, nesta pesquisa houve destaque para à área da saúde/hospitalar, na qual tem sido uma importante área de atuação do psicólogo dos últimos anos. Ressalta-se o papel da avaliação psicológica em demandas específicas que tem aumentado nos últimos anos, como avaliação para transplante de órgãos (Flores, 2014), cirurgia bariátrica (Justino, Barbosa, & Pimentel, 2017) e redesignação sexual (Palla et al., 2013).

Quanto ao público atendido pelos psicólogos, predominou a realização de avaliações com populações adultas. Reppold, Serafini, Ramires e Gurgel (2017) analisaram os manuais dos 158 testes psicológicos que constavam com parecer favorável na lista do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) em dezembro de 2015. As autoras utilizaram como categorias de análise as faixas etárias de indicação do manual, faixas etárias das amostras de normatização e padronização, contextos indicados para uso dos testes e os construtos que o teste avalia. A pesquisa evidenciou uma baixa quantidade de instrumentos que avaliam populações infanto-juvenis, principalmente para as faixas etárias de 0 a 6 anos e maior quantidade de instrumentos que avaliam populações adultas. Assim, a maior oferta de instrumentos para avaliação de adultos indica atender as necessidades de psicólogos em suas rotinas de trabalho. Ademais, a escassez de instrumentos válidos para avaliação das demais populações, principalmente as de crianças com idades inferiores a 6 anos e pessoas idosas, limita o exercício profissional e indica a necessidade de desenvolvimento de instrumentos que atendam a essas demandas.

No que diz respeito ao uso de métodos, técnicas e instrumentos para realização, os dados evidenciaram que quase metade dos respondentes não citaram a entrevista como recurso avaliativo, e um número expressivo utiliza apenas testes psicológicos no processo de AP, reforçando os dados de pesquisa de Mendes et al. (2013) e a de Hazboun e Alchieri (2013) em que os profissionais ainda possuem uma concepção de AP restrita ao uso de testes. A entrevista e as observações comportamentais, são fontes fundamentais de informação no processo avaliativo (CFP, 2018), pois são os principais recursos para obtenção de informações acerca histórico de vida do examinando. Esse dado, reforça

questões antigas na área e fomenta debates importantes acerca das diferenças entre avaliação psicológica e testagem psicológica.

A testagem psicológica pode ser um elemento do processo de avaliação psicológica e pauta seus resultados apenas nas informações obtidas por meio dos testes psicológicos. A utilização de testes pela maioria dos profissionais, advém da necessidade dos profissionais em fundamentar a tomada de decisão, principalmente por serem os testes medidas objetivas e padronizadas, que respaldam o profissional tecnicamente em sua tomada decisão (Reppold, Zanini, & Noronha, 2019). Já o processo de avaliação psicológica é mais complexo, que pode ou não utilizar testes psicológicos, visto que, segundo a resolução 009/2018 (CFP, 2018), uma AP pode ser realizadas com alguma das fontes fundamentais de informação, que pode não incluir os testes (Andrade & Valentini, 2018; Rueda & Zanini, 2018). Desse modo, o que deve determinar a escolha de quais recursos serão utilizados é a avaliação da demanda, os recursos disponíveis e a competência do psicólogo para utilizar tais instrumentos. Assim, é possível afirmar que os profissionais ainda não reconhecem as diferenças entre avaliação e testagem psicológica.

Quanto aos testes utilizados, o HTP, o Palográfico e o QUATI, destacaram-se entre os demais. Em pesquisas que identificaram os testes psicológicos mais utilizados por profissionais e estudantes de Psicologia, o HTP e outros testes de personalidade listam entre os instrumentos mais utilizados (Freitas & Noronha 2005; Noronha, 2002; Padilha et al., 2007; Reppold et al., 2020). Um fator que pode justificar maior utilização do HTP é o seu baixo custo para aplicação e correção e, junto com os outros instrumentos testes de personalidade citados, é o fato de estes constarem entre os testes psicológicos mais ensinados nos cursos de graduação em Psicologia no Brasil (Freitas & Noronha, 2005).

Quanto ao contexto de utilização dos três instrumentos mais utilizados, buscou-se em seus respectivos manuais os seus estudos de validade. Constatou-se que esses testes em muitos casos são utilizados pelos profissionais em contextos para os quais não há evidências de validade. O HTP é um instrumento válido apenas para fins para o contexto clínico (Buck, 2003); o teste Palográfico, por sua vez, para os contextos do trânsito e organizacional (Alves & Esteves, 2009); o Quati para orientação vocacional e organizacional (Zacharias, 2003).

Uma recente revisão da literatura brasileira indicou a insuficiência de estudos acerca das qualidades psicométricas do teste HTP no Brasil, exigindo cautela do psicólogo para interpretar os dados fornecidos por meio do instrumento (Dias-Viana, 2020). Com relação ao QUATI e ao Palográfico, uma pesquisa foi realizada pelos autores nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), a partir dos termos “Palográfico” e “quati” e nenhuma das pesquisas encontradas apresentava estudos psicométricos complementares aos disponíveis em seus respectivos manuais que justificassem a utilização dos instrumentos nos demais contextos.

A ausência de estudos de evidências de validade de um instrumento para um determinado contexto impede o reconhecimento científico do instrumento, comprometendo a legitimidade da interpretação dos dados coletados em avaliação. As qualidades psicométricas de um teste são fundamentais para a sua utilização, pois o emprego de instrumentos não adequados invalida as conclusões obtidas da avaliação (CFP, 2018). Miguel (2017) alerta para que na prática em avaliação psicológica, o psicólogo utilize procedimentos cientificamente embasados e validados, para que se possa chegar a conclusões sólidas que resguardem sua tomada de decisão. Além disso, retoma-se o aspecto de formação, com psicólogos que não possuem entendimento acerca das qualidades psicométricas dos instrumentos (Ambiel et al., 2019; Mendes et al., 2013) e sem habilidades para escolher e utilizar instrumentos de coleta de dados em Psicologia, observando sua pertinência e contexto de uso.

Além disso, ressalta-se que o profissional deve ter atenção na escolha de um instrumento. Os testes comercializados atendem a condições mínimas, e não são raros os que falham no fornecimento de informações relevantes acerca do instrumento propriamente dito e do construto avaliado. Assim, cabe ao profissional utilizar instrumentos sobre os quais seja capaz de analisar criticamente o manual, além de consultar pesquisas na área, a fim de conhecer possíveis contextos de aplicação e as evidências de validade existentes (Reppold & Gurgel, 2015).

Por fim, no que diz respeito ao caráter processual de AP, com etapas a serem realizadas pelos profissionais (Siqueira & Oliveira, 2011), constatou-se que desde o recebimento da demanda até a devolução dos resultados, nenhuma etapa é feita por todos

ou pela maioria dos psicólogos participantes. O predomínio de participantes que não realizam as etapas do processo avaliativo pode estar associado à falta de formação dos profissionais, uma vez que cada uma das etapas que compõem a avaliação psicológica exige dos psicólogos conhecimentos e competências para realizá-las (Noronha et al., 2013). A ausência de formação/capacitação na área lista entre as principais dificuldades encontradas pelos profissionais ao realizarem avaliação psicológica.

Além disso, cabe destacar que a não realização de algumas dessas etapas constitui-se como infração ética. Por exemplo, a Resolução 001/2009 (CFP, 2009) dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrentes da prestação de serviços psicológicos. Além disso, acerca da devolução dos resultados, o profissional deve informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário (CFP, 2005). Assim, corroboram-se estudos prévios que evidenciaram falhas metodológicas graves que culminaram em processos éticos, principalmente pela falta de devolutiva (Frizzo, 2004) e de outros aspectos processuais (Zaia et al., 2018). Assim, evidencia-se falhas metodológicas graves na realização de AP no Ceará, indo ao encontro de dados acerca da formação e da prática de psicólogos de outras regiões do Brasil.

Considerações finais

Pesquisas acerca da formação e da prática em avaliação psicológica tem ocorrido nos últimos anos, tendo como objeto de investigação alunos, professores e profissionais. Desse modo, este estudo tem como avanço a compreensão de tais aspectos na realidade de um estado do Nordeste, uma vez que o conhecimento produzido acerca do tema é muito centrado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde há muito fomento científico e profissional na área de AP.

Os resultados obtidos evidenciam que ainda que a AP seja uma atividade rotineira no exercício profissional, e envolva questões importantes de tomada de decisão, são poucos os profissionais que possuem formação complementar a recebida durante a graduação em Psicologia. Além disso, constatou-se a não compreensão adequada da atividade, com psicólogos que ainda realizam testagem ao invés de avaliação psicológica,

e, ao considerar os aspectos processuais AP, falhas metodológicas graves, como a utilização inadequada de instrumentos, e ações passíveis de processos éticos como não elaboração de documentos conclusivos e a falta de devolução dos resultados.

Os dados deste estudo corroboram e fomentam discussões na área e indicam para a maior articulação entre, universidades, conselhos regionais e federais, associações científicas, no intuito de aprimoramento e melhoria da área, bem como com a realização de ações mais assertivas. Em estudos futuros, recomenda-se a ampliação da amostra, bem como a elaboração de um instrumento que avaliasse as percepções dos profissionais acerca de suas competências e domínios para realizar avaliação psicológica.

Referências

- Alves, I. B., & Esteves, C (2009). *O teste palográfico na avaliação da personalidade*. São Paulo, SP: Vetor.
- Ambiel, R. A. M., Zuanazzi, A. C., Sette, C. P., Costa, A. R. L., & Cunha, F. A. (2019). *Análise de ementas de disciplinas de avaliação psicológica: Novos tempos, velhas questões*. *Avaliação Psicológica*, 18(1), 21-30. doi: 10.15689/ap.2019.1801.15229.03
- American Educational Research Association, American Psychological Association, and National Council on Measurement in Education. (2014). *Standards for educational and psychological testing*. Washington, DC: o autor.
- Andrade, J. M., & Valentini, F. (2018). Diretrizes para a construção de testes psicológicos: A Resolução CFP nº 009/2018 em destaque. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 28-39. doi: 10.1590/1982-3703000208890
- Brasil. (1962). *Lei No 4.119, de 27 de Agosto de 1962*. Brasília. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Buck, J. N. (2003). *HTP - Casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: Manual e guia de interpretação*. São Paulo, SP: Vetor.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: Autor

- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2009). *Resolução CFP nº 001/2009. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos.* Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/04/resolucao2009_01.pdf
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2018). *Resolução CFP nº 009/2018. Estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017.* Recuperado de <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>
- Dias-Viana, J. L. (2020). Propriedades psicométricas do Teste House-Tree-Person (HTP): Análise da produção científica brasileira. *Psicologia para América Latina*, (34), 159-170. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Flores, C. A. (2014). Avaliação psicológica para cirurgia bariátrica: Práticas atuais. *Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva*, 27(1), 59-62. doi: 10.1590/s0102-6720201400s100015
- Freitas, F. A., & Noronha, A. P. P. (2005). Clínica-escola: Levantamento de instrumento utilizados no processo psicodiagnóstico. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 87-93. doi: 10.1590/S1413-85572005000100008
- Frizzo, N. P. (2004). *Infrações éticas, formação e exercício profissional em psicologia* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87647>
- Gouveia, V. V. (2018). Formação em avaliação psicológica: Situação, desafios e diretrizes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 74-86. doi: 10.1590/1982-3703000208641
- Hazboun, A. M., & Alchieri, J. C. (2013). Justificativas e concepções de psicólogos que não utilizam avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 361-368.

- Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300011&lng=pt&tlng=pt
- Justino, Y., Barbosa, A. P. S., & Pimentel, F. (2017). Psychological assessment submission to bariatric surgery under a table of behavioral approach. *Psicologia, Saúde & Doenças, 18*(2), 335-347. doi: 10.15309/17psd180205
- Lopes, A. C. F. (2014). *Tomada de decisão de psicólogos em avaliação psicológica*. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Mendes, L. S., Nakano, T. C., Silva, I. B., & Sampaio, M. H. L. (2013). Conceitos de avaliação psicológica: Conhecimento de estudantes e profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão, 33*(2), 428-445. doi: 10.1590/S1414-98932013000200013
- Miguel, F. K (2017). Padronização e interpretação dos resultados. In M. R. C. Lins & J. C. Borsa (Eds.), *Avaliação Psicológica: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 126-136). Rio de Janeiro: Vozes.
- Ministério da Educação, *Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. (2011, 16 mar.). Resolução nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 19.* Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011pdf&Itemid=30192
- Noronha, A. P. P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*(1), 135-142. doi: 10.1590/S0102-79722002000100015
- Noronha, A. P. P., & Reppold, C. T. (2010). Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão, 30* (n. esp),192-201. doi:10.1590/S141498932010000500009
- Padilha, S., Noronha, A. P. P., & Fagan, C. Z. (2007). Instrumentos de avaliação psicológica: Uso e parecer de psicólogos. *Avaliação Psicológica, 6*(1), 69-76.
- Palla, A. C. F., Alencar, A. K. S., Almeida, H. B., Rocha, M. S., & Orsini, M. R. C. A. (2013). Uma proposta de psicodiagnóstico no contexto de cirurgia bariátrica.

- Encontro Revista de Psicologia*, 16(24), 83-94. Recuperado de <https://revista.pgskroton.com/index.php/renc/article/view/2457>
- Reppold, C. S., & Gurgel, L. G. (2015). O papel do teste na avaliação psicológica. In C. S. Hutz, D. S. Bandeira & C. M. Trentini (Eds.), *Psicometria* (pp. 147-164). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Reppold, C. T., Serafini, A. J., Ramires, D. A., & Gurgel, L. G. (2017). Análise dos manuais psicológicos aprovados pelo SATEPSI para avaliação de crianças e adolescentes no Brasil. *Avaliação. Psicológica*, 16 (1), 19-28. doi: 10.15689/ap.2017.1601.03
- Reppold, C. T., Zanini, D. S., Noronha, A. P. P. (2019). O que é Avaliação Psicológica? In M. N. Baptista M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali. (Eds), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 15-28). Rio de Janeiro: Vozes.
- Reppold, C. T., Wechsler, S. M., Almeida, L. S., Elosua, P., & Hutz, C. S. (2020). Perfil dos psicólogos brasileiros que utilizam testes psicológicos: Áreas e instrumentos utilizados. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(25), 1-14. doi: 10.1590/1982-3703003201348
- Rueda, F. J. M., & Zanini, D. S. (2018). O que muda com a Resolução CFP nº 09/2018? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 16-27. doi: 10.1590/1982-3703000208893
- Siqueira, I. L. M., & Oliveira, M. A. C. (2011). O processo de avaliação psicológica. In Conselho Federal de Psicologia, *Ano da Avaliação Psicológica: Textos geradores* (pp. 43-48). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Zaia, P., Oliveira, K. da S., & Nakano, T. C. (2018). Análise dos processos éticos publicados no jornal do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 8-21. doi: 10.1590/1982-3703003532016
- Zacharias, J. J. M. (2003). *Questionário de Avaliação Tipológica*. São Paulo, SP: Vetor.